

## EDUCAÇÃO DO MST

O Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra institucionaliza-se em 1995 e, em 1987, foi criado o Setor de Educação do MST. O surgimento desse Setor é em decorrência da defesa do direito constitucional à educação, pois nas ocupações de terras havia a presença de crianças e jovens. Foi fruto de um “Encontro de Educadores”, reunindo representantes de sete Estados brasileiros. Hoje, passada a primeira década do terceiro milênio, a Educação do MST cobre praticamente todos os Estados.

Nos anos 1980, há um aprofundamento dos debates na área educativa entre os Sem-Terra e é nesse difícil período - início do neoliberalismo no Brasil com o arrefecimento das lutas pela terra- que é organizado o Coletivo Nacional de Educação. É também um período em que são elaboradas as primeiras cartilhas pedagógicas, como o texto “*O que queremos com as escolas de assentamento*”. Desde então, o MST cria escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental e médio, EJA e promove cursos de capacitação profissional, apesar da existência de acampamentos e assentamentos sem escolas.

Na década de 1990, o MST começa a editar os *Cadernos de Educação*. De acordo com Caldart (2008), os Cadernos são elaborados pelo *Coletivo de Educadores* e, em seguida, passam por diversos setores do MST. Depois de apreciados por esses setores, voltam ao Coletivo, que elabora a versão final. Desde 1996, com a nova LDB e diante da obrigatoriedade do diploma superior para lecionar, o MST conveniou-se com universidades públicas e privadas para oferecer cursos superiores, como licenciaturas, agronomia, veterinária e direito. Desde então, é crescente a participação do MST nas universidades, inclusive nos cursos de pós-graduação. De acordo com Menezes Neto (2003), as formas de gestão e financiamento das escolas do MST são diferenciadas, existindo escolas totalmente mantidas por prefeituras e Estados e escolas onde há convênio entre o MST e o poder público.

O projeto educativo do MST desenvolve-se a partir de três eixos principais: a) as lutas dos trabalhadores rurais pelo seu direito ao trabalho e a terra; b) as ações do MST; c) as elaborações teóricas de clássicos do pensamento socialista. Partindo desses eixos, o

MST produz livros e cartilhas, em que discute o seu projeto, apresentando-o como um processo múltiplo, fruto de realidades complexas e diferenciadas. Em 1996, o MST publica os “*Princípios de Educação para o MST*”. Nessa publicação, apresenta o seu projeto educativo à luz de uma discussão política e social, divididos em duas partes: os “Princípios Filosóficos” e os “Princípios Pedagógicos”.

Os Princípios Filosóficos são divididos em cinco partes: 1) Educação para a transformação social; 2) Educação para o trabalho e a cooperação; 3) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4) Educação com/para valores humanistas e socialistas; e 5) Educação como um processo permanente de formação e transformação humana. Defende o MST que a educação deve ter um “teor classista” e vinculado às lutas e aos objetivos dos sem-terra e dos camponeses. Deve ser aberta para trabalhar pedagogicamente as contradições e os conflitos, estar voltada para o “trabalho e a cooperação”, ou seja, deve ser um instrumento dos trabalhadores, pois não pode, hoje, desconsiderar a luta pela reforma agrária (PRINCÍPIOS..., 1996). Retornando aos princípios de educação, o MST defende uma educação integral, englobando *a formação política/ideológica, a formação organizativa, a formação do caráter ou moral (valores, comportamentos com as outras pessoas), a formação cultural e estética, a formação efetiva* (PRINCÍPIOS... 1996).

No âmbito dos princípios pedagógicos, existe a subdivisão em 13 itens: 1) Relação entre teoria e prática; 2) Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3) A realidade como base da produção do conhecimento; 4) Conteúdos formativos socialmente úteis; 5) Educação para o trabalho e pelo trabalho; 6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; 8) Vínculo orgânico entre educação e cultura; 9) Gestão democrática; 10) Auto-organização dos/das estudantes; 11) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/educadoras; 12) Atitude e habilidades de pesquisa; 13) Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

Caldart (2008) considera que formação para o MST é “*um processo de construção da identidade social*”, com todas as implicações ideológicas e políticas, incluindo os valores, visões de mundo, conhecimentos, habilidades e atitudes. Assim, o MST

defende que o processo pedagógico não é neutro e que o “vínculo orgânico entre educação e política” manifesta-se na afirmação de que *a educação é sempre uma prática política*. Defende, também, que a educação deve discutir as situações de injustiça e a necessidade de mudanças sociais e pessoais e, para esse fim, faz-se necessário o estudo da história e da economia crítica e problematizadora.

O MST incentiva a organização dos estudantes e o desenvolvimento da crítica e da autocrítica visando a que o estudante torne-se um militante político (PRINCÍPIOS..., 1996). Posiciona-se na defesa dos vínculos entre educação e economia quando diz que *a história da humanidade nos demonstra, e Marx nos explica, que são as relações econômicas - aquelas que as pessoas estabelecem entre si no processo de produção, distribuição e consumo, as que movem as sociedades* (PRINCÍPIOS..., 1996, p. 18). Afirma que os estudantes deveriam conhecer diferentes tipos de relações econômicas, enfatizando a necessidade de a análise econômica ser realizada na sua relação com a totalidade (PRINCÍPIOS..., 1996).

A educação deve ser um processo de socialização e de transformação da cultura, através da “construção e a desconstrução” da identidade dos trabalhadores em geral e, no caso específico, dos trabalhadores pertencentes ao MST. Para isso, faz-se necessário discutir e vivenciar as músicas, as religiões, as relações geracionais e as festas. Assim, as escolas seriam um espaço de vivência e de produção cultural, favorecendo o resgate da cultura popular e a produção de mudanças sociais.

A “gestão democrática”, a “auto-organização dos estudantes”, a “criação de coletivos pedagógicos e a formação permanente dos educadores/educadoras” aparecem, para o MST, como um importante espaço para se “vivenciar a democracia”. Esse “vivenciar” ocorre de diferentes maneiras, podendo ser em um encontro de professores para estudo e planejamento ou na criação de Núcleos de Educação, por exemplo, quando todos devem aprender a tomar decisões, a executar e a avaliar.

Por fim, o MST propõe a combinação entre processos pedagógicos coletivos e processos pedagógicos individuais, colocando em debate o papel social do sujeito no seio de um movimento social. Em síntese, observa-se que os princípios educativos do MST buscam desmistificar o conhecimento e a cultura como um processo neutro e

separado das relações sociais, manifestando-se comprometido com um projeto político/pedagógico no interesse dos camponeses.

#### **ANTONIO JULIO DE MENEZES NETO**

CALDART, R. S. *Pedagogia do movimento sem terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PRINCÍPIOS da educação no MST. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1996. (Cadernos de educação n. 8).

MENEZES NETO, A. J. *Além da terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.